



28 DE JANEIRO 2009
Quarta-feira

- **CRISE VAI DURAR PELO MENOS TRÊS ANOS, DIZEM EXECUTIVOS**
- **SAI PRIMEIRO ACORDO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO EM SP**
- **CRISE GLOBAL PODE CAUSAR ATÉ 51 MILHÕES DE DEMISSÕES EM 2 ANOS**
- **NA AMÉRICA LATINA, ATÉ 2,4 MILHÕES VÃO PERDER O EMPREGO EM 2009**
- **MDIC ESTABELECE LICENÇA DE IMPORTAÇÃO PARA DIVERSOS PRODUTOS**
- **NOVA REGRA AFETA 41% DAS IMPORTAÇÕES DO PR**
- **LICENÇA DE IMPORTAÇÃO COMPROMETE COMPETITIVIDADE DE EMPRESAS**
- **CONSTRUÇÃO CIVIL QUER REDUÇÃO DE IMPOSTOS**
- **PRODUÇÃO DE AÇO NO PAÍS CAI 0,2% EM 2008**
- **PRODUÇÃO DE LAMINADOS TEM QUEDA DE 59% EM DEZEMBRO**
- **PREVIDÊNCIA SOCIAL - LULA ANUNCIA ENVIO DE CARTA PARA QUEM COMPLETAR REQUISITOS**
- **RECEITA CONCEDE MAIS PRAZO PARA NOVA ESCRITURAÇÃO FISCAL**
- **CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL É A MENOR EM 10 ANOS**

➤ **EM ANEXO**

Câmbio		
Em 27/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,310	2,310
Euro	3,045	3,046

CRISE VAI DURAR PELO MENOS TRÊS ANOS, DIZEM EXECUTIVOS

28/01/2009 – O Estado do Paraná

A crise mundial ainda vai durar pelo menos três anos, segundo a maioria dos entrevistados em 50 países pela PricewaterhouseCoopers (PwC) numa pesquisa com chefes de empresas. Só 34% deles disseram acreditar numa recuperação nesse período - uma melhora lenta e gradual. Foram ouvidos 1.124 executivos-chefes.

O mundo em crise é também um mundo em transformação, segundo os entrevistados. De acordo com 73%, um novo conjunto de países ganhará importância e contestará o poder econômico, político e cultural do Grupo dos 8 (G-8), formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia. No Brasil, 83% dos dirigentes de empresas manifestaram essa opinião. No Reino Unido e na Rússia, 63% - menor porcentagem. De alguma forma, a nova geografia econômica, mencionada muitas vezes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parece estar em curso, segundo executivos do mundo todo.

Outra mudança provocada pela crise é a revalorização do longo prazo. "Resultados de curto prazo a qualquer preço não são mais aceitáveis como medida do sucesso", está escrito num dos volumes do relatório como síntese dessa transformação. Essa transformação é visível nos planos de investimento, segundo comentário de responsáveis pela pesquisa. O excesso de atenção a resultados imediatos, mostrados em balanços trimestrais, foi uma das consequências do crescente poder do setor financeiro nas últimas décadas, mas o relatório não entra nessa análise.

Mas a reavaliação do sucesso também ocorreu noutra sentida. "Em anos anteriores, sucesso significava crescimento", recordam os autores do relatório. Neste, os pesquisadores descrevem os executivos como empenhados em caminhar na corda bamba, "tentando alcançar o equilíbrio entre sobrevivência e durabilidade". Os brasileiros estão entre os mais otimistas. Um terço declarou-se confiante na evolução de seus negócios neste ano. Globalmente, só 21% disseram acreditar em maiores ganhos. Há um ano, 50% esperavam melhor desempenho a curto prazo.

Na América do Norte e na Europa Ocidental, só 15% disseram acreditar em crescimento nos 12 meses seguintes. Na Ásia-Pacífico, 31%. Na América Latina, 21%. Os brasileiros mostraram-se mais preocupados com as deficiências da infraestrutura e menos preocupados que a média de seus colegas com os custos da energia, a escassez de recursos naturais, o terrorismo, as pandemias e as tendências protecionistas dos governos. No alto de sua lista de problemas, os brasileiros incluem também o peso dos impostos, a falta de clareza e de estabilidade nas normas tributárias e as complicações para cumprir as obrigações fiscais.

Em todo o mundo, a retração nas economias avançadas e a desordem nos mercados financeiros foram apontados como riscos mais importantes para os negócios. No Brasil, 83% dos entrevistados apontaram a recessão no mundo industrializado como a ameaça principal. Nas maiores economias, essa resposta foi dada por 80% ou mais, e não há nenhuma surpresa nesse resultado.

A pesquisa mostrou também um resultado descrito como "paradoxo da regulação". Cerca de metade dos entrevistados acusam os governos de não terem feito o suficiente para criar uma força de trabalho qualificada e 38% reclamaram maior ação governamental na área de infraestrutura, mas 55% disseram temer o excesso de

regulação. "A resposta pode não estar em mais regulação, mas em melhor regulação", comentou Ian Powell, diretor da Price.

SAI PRIMEIRO ACORDO DE REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO EM SP

28/01/2009 – Estadão

Os cerca de 800 trabalhadores da Valeo Sistemas Automotivos, empresa que produz faróis e lanternas para veículos, aprovaram no início da manhã desta quarta, 28, a proposta para redução da jornada de trabalho, com diminuição do salário.

O acordo vale por 90 dias. Em troca, os funcionários ganham a garantia de que seus empregos serão preservados pela diretoria da empresa por 135 dias - quatro meses e meio. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, trata-se do primeiro acordo desse tipo na Capital.

Ainda segundo informações do Sindicato, a proposta prevê um dia a menos de trabalho por semana. Com isso, haverá também a redução de salários em 15%.

A medida é uma tentativa da empresa de enfrentar a crise econômica, que desde o fim do ano passado afetou em cheio a indústria, principalmente as empresas ligadas ao setor automotivo.

CRISE GLOBAL PODE CAUSAR ATÉ 51 MILHÕES DE DEMISSÕES EM 2 ANOS

28/01/2009 – Estadão

Dados da OIT mostram que, na melhor das hipóteses, a alta de desempregos seria de 18 milhões de pessoas

GENEBRA - A crise econômica mundial se transforma em uma profunda crise social. Se a recessão continuar a se deteriorar, entre 30 milhões e 51 milhões de pessoas perderão seus empregos até o final do ano, em comparação aos números do final de 2007.

Os dados são da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que publicou sua nova estimativa de desemprego no mundo. A alta no número de desempregados é o maior desde que a ONU iniciou seu registro da situação dos trabalhadores no mundo, em 1991.

Na melhor das hipóteses, a alta de desempregos seria de 18 milhões de pessoas por causa da crise. Mas a projeção já foi abandonada, já que se baseava em um crescimento do PIB mundial de 2,2% em 2009. O FMI já admite que a recessão será mundial.

Um outro cenário da OIT aponta para uma alta de desemprego de 30 milhões de pessoas, caso as medidas impostas pelos governos deem resultados rápidos. Mas se a situação econômica continuar a se deteriorar, como o FMI está alertando, o desemprego mundial passará de 5,7% em 2007 para 7,1% em 2009, com 51 milhões de novos desempregados. "A tensão será alta", afirmou Somavia.

Só na segunda-feira passada, mais de 80 mil pessoas perderam seus postos de trabalho entre as grandes multinacionais. No total, 230 milhões de pessoas no mundo viverão sem trabalho até o final do ano. Em 2007, a taxa era de 179 milhões, contra

190 milhões em 2008. Para Juan Somavia, diretor-geral da OIT, governos precisam começar a dar uma resposta às famílias. "A atual crise pode sim levar a uma crise social. As classes médias estão se enfraquecendo e a estabilidade política está ameaçada", afirmou.

Na América Latina, o pior cenário alerta que 23 milhões de pessoas não terão trabalho. Em 2007, o número era de 19 milhões. Nos países ricos, o número total de desempregados chegará a 40 milhões.

NA AMÉRICA LATINA, ATÉ 2,4 MILHÕES VÃO PERDER O EMPREGO EM 2009

28/01/2009 – Valor Econômico

O desemprego deve voltar a crescer na América Latina, pela primeira vez desde 2003, por causa dos efeitos da crise econômica mundial. A conclusão consta de um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que projeta um aumento de 1,5 milhão a 2,4 milhões de desempregados em 2009 na região.

Esse contingente se somaria ao total de 15,7 milhões de pessoas já desempregadas na América Latina. O aumento do desemprego corresponde a uma elevação da taxa regional de 7,4%, em 2008, para algo entre 7,9% e 8,3% em 2009, retornando aos mesmos patamares de 2007, quando se registrou o índice de 8,3%.

" Isso, sem dúvida, seria um retrocesso " , afirmou a diretora do escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, ao divulgar o relatório sobre o mercado de trabalho.

As projeções consideram um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) regional de 1,9% este ano, depois de uma expansão de 4,6% em 2008. A OIT usa os cálculos de PIB da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Laís Abramo chamou atenção para os números de demissões em dezembro no Brasil, que superaram 654 mil postos fechados. Segundo ela, o dado é um alerta, mesmo com o saldo positivo de 2008 de 1,45 milhão de empregos criados.

" [Dezembro] realmente é a luz vermelha, um sinal de alerta importante para o que pode vir a acontecer no mercado de trabalho " afirmou a diretora da OIT.

As mulheres e os jovens são os mais prejudicados quando levado em conta o cenário geral latino-americano. Segundo o estudo, o nível de desocupação entre os jovens das áreas urbanas da região é 2,2 vezes maior que a média geral de desemprego, que foi de 7,5% em 2008. Entre as mulheres, o número de desempregadas é 1,6 vez maior que entre os homens.

Quando são analisados os empregos em setor informal, aqueles cujo trabalhador não tem acesso aos benefícios sociais, a realidade muda e a incidência é maior entre os homens, 41,6%, que entre as mulheres, 39,6%.

O estudo da OIT ressalta que ampliar o acesso e melhorar a cobertura dos serviços de proteção social são desafios que devem ser encarados pelos países da América Latina e do Caribe, porque isso " melhora as condições de trabalho e ajuda a diminuir a pobreza " .

(Valor Econômico, com agências internacionais)

MDIC ESTABELECE LICENÇA DE IMPORTAÇÃO PARA DIVERSOS PRODUTOS

28/01/2009 – COAD

Medida abrange produtos de 24 capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) estabeleceu desde segunda-feira (26/1), por um período indeterminado, a exigência de licenças automáticas para a importação de produtos de 24 capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A medida foi tomada com base no Acordo sobre Procedimentos para o Licenciamento de Importações da Organização Mundial de Comércio (OMC), com o objetivo de monitorar as estatísticas de importações brasileiras e identificar divergências nas operações comerciais.

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do MDIC, esse é um procedimento usual no comércio internacional para fins de monitoramento estatístico. A decisão não implica pagamento de quaisquer taxas e nem na necessidade de as empresas importadoras encaminharem documentos à Secex. Uma vez registrada no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), as licenças de importação (LIs) serão liberadas em até 10 dias.

Quando houver necessidade da anuência de algum órgão do Governo Federal – como as importações de material usado ou que gozem de algum benefício tributário – permanecem os requisitos e condições previstos para o licenciamento não automático constantes da Portaria Secex nº 25, de 27 de novembro de 2008.

Capítulos da NCM que passaram a necessitar de licença automática:

Seção II: produtos do reino vegetal

Capítulos:

10 – Cereais: trigo e mistura de trigo com centeio, trigo mourisco, painço e alpiste, centeio, cevada, cervejeira, aveia, milho, arroz, sorgo de grão, painço, alpiste e outros grãos e cereais.

11 - Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo. Apenas as importações de malte que estejam inseridas na NCM: 1107.10.10.

Seção V: Produtos minerais

Capítulo:

27 - Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais. Apenas as importações de hulhas inseridas na NCM 2701.19.00; querosene de aviação (2710.19.11); coques de hulhas, linhita ou turfa (2704.00.10) e óleo diesel (2710.19.21).

Seção XI: matérias têxteis e suas obras

Capítulos:

50 - Seda.

51 - Lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina.

52 - Algodão.

53 - Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel.

54 - Filamentos sintéticos ou artificiais; lâminas e formas semelhantes de matérias têxteis sintéticas ou artificiais.

55 - Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.

56 - pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria.

57 - Tapetes e outros revestimentos para pavimentos (pisos), de matérias têxteis.

58 - Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados.

59 - Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis.

60 - Tecidos de malha.

61 - Vestuário e seus acessórios, de malha.

62 - Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.

63 - Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, usados; trapos.

Seção XV: Metais comuns e suas obras

Capítulo:

73 - Obras de ferro fundido, ferro ou aço.

Seção XVI: máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios

Capítulos:

84 - reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes. (Exceto partes e peças);

85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios. (Exceto partes e peças).

Seção XVII: material de transporte

Capítulos:

86 - Veículos e material para vias férreas ou semelhantes, e suas partes; aparelhos mecânicos (incluídos os eletromecânicos) de sinalização para vias de comunicação. (Exceto partes e peças);

87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios. (Exceto partes e peças);

88 - Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes. (Exceto partes e peças);

Seção XVIII: Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; aparelhos de relojoaria; instrumentos musicais e suas partes e acessórios

Capítulo:

90 - Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios.

Seção XX: Mercadorias e produtos diversos

Capítulos:

94- Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, cartazes ou tabuletas e placas indicadoras, luminosos, e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas;

95 - Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte; suas partes e acessórios.

FONTE: Assessoria de Comunicação Social do MDIC (divulgado no Boletim COAD On-Line)

NOVA REGRA AFETA 41% DAS IMPORTAÇÕES DO PR

28/01/2009 – Gazeta do Povo

Daniel Castellano/Gazeta do Povo



Terminal de contêineres em Paranaguá: importadores preveem lotação de pátios

Uma nova exigência do governo federal deve provocar atrasos – e, eventualmente, aumentos de custos – para a compra e o desembarço de mercadorias que correspondem a 41% dos produtos importados pelo Paraná. No Brasil, o efeito será ainda mais agudo: mais da metade da pauta de importações estará submetida a uma maior burocracia, segundo levantamento feito pela Gazeta do Povo a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Entre os produtos afetados, estão cereais, têxteis, móveis, brinquedos, veículos, componentes eletrônicos e máquinas para a indústria.

Na segunda-feira, o ministério passou a exigir que os importadores apresentem licença de importação prévia (LI) para 26 grupos de mercadorias (veja resumo em quadro nesta página). Desde o início da década de 90, essa autorização era automática, bastando ao importador apresentar uma declaração ao Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) assim que o produto chegasse ao Brasil. A partir de agora, o comprador terá de solicitar uma LI antes de o produto deixar o país de origem e aguardar pela liberação do

documento – que pode demorar até dez dias, segundo o ministério.

A novidade surpreendeu empresários, importadores e despachantes aduaneiros – e, por sinal, funcionários do próprio ministério. Problemas no Siscomex impediram a liberação de produtos em portos, aeroportos e estações aduaneiras, e dentro do MDIC proliferaram versões sobre produtos que estariam ou não sujeitos à licença prévia, e também variaram as justificativas para a medida.

Horas depois de a assessoria do ministério informar que a LI serviria apenas para fins de “monitoramento estatístico”, o ministro interino Ivan Ramalho admitiu que a atitude foi uma resposta ao provável déficit da balança comercial brasileira. Com mais importações que exportações, o comércio exterior deve encerrar janeiro com saldo negativo, após 93 meses seguidos de superávit.

Ainda assim, Ramalho negou que a medida seja protecionista. “Não é uma barreira. Uma barreira seria a implantação de um processo de licenciamento não-automático, em que a licença pode ser autorizada em até 60 dias. O que foi colocado é um processo de licença automática, e as licenças serão emitidas em até dez dias.”

Para Ardisson Akel, coordenador do conselho de comércio exterior da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), a medida protege as indústrias têxtil, de confecções e de brinquedos, que estariam enfrentando a concorrência de uma enxurrada de produtos chineses a preços baixos. “Mas preocupa a inclusão, no pacote, de máquinas e equipamentos, usados para modernizar a indústria, e de uma série de matérias-primas industriais.” Gérson Bittencourt, professor de Comércio Exterior da Universidade Positivo, avalia que “a medida pode até não limitar as importações, mas não deixa de ser uma forma de retardá-las”.

Cargas retidas

Entidades como a Abeim, representante do varejo têxtil, e a Abinee, da indústria eletroeletrônica, distribuíram notas criticando a medida e exigindo sua revogação. Despachantes aduaneiros e consultores de comércio exterior também demonstraram indignação com a atitude do governo. “Anunciaram a medida na sexta-feira para valer três dias depois, sem qualquer prazo de adaptação”, disse Gustavo Machado, da consultoria GT Internacional. Luís Maurício Gardolinski, diretor da Startrade Assessoria e Comércio Exterior, classificou de “burrice” a atitude do governo. “Ela aumenta a burocracia e atrasa a entrada de matérias-primas e equipamentos para a indústria. E, curiosamente, partiu de um governo que se diz preocupado em preservar empregos.”

Entre os despachantes, a principal crítica foi à “retroatividade” da medida. Em tese, ela deveria valer apenas para importações contratadas a partir do dia 26. No entanto, desde o início da semana tem sido impossível liberar mercadorias que já haviam chegado a portos e aeroportos brasileiros – e que não tinham licença prévia. “O Siscomex simplesmente não está liberando. O importador está tendo que solicitar licença mesmo para produtos em trânsito ou já desembarcados. E, por não ter a licença prévia, terá que pagar multa de 30% sobre o valor da importação, com mínimo de R\$ 500 e máximo de R\$ 5 mil. Para pequenas empresas, isso inviabiliza o negócio”, contou Alexandro Alves Ferreira, diretor do grupo Asia Shipping, maior embarcador de cargas chinesas do Brasil. “Você imagina o que serão dez dias de cargas retidas? Em pouco tempo, aeroportos e portos estarão abarrotados”, prevê Sávio Ferreira de Souza, diretor da Pinho Logistics.

LICENÇA DE IMPORTAÇÃO COMPROMETE COMPETITIVIDADE DE EMPRESAS

28/01/2009 – Agência CNI

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), Mauro Mendes, considera que a exigência de licenças prévias de importação para 17 setores da indústria se refletirá negativamente na competitividade das empresas. "O país tem um histórico de burocracia. A medida é protecionista e encarecerá as importações", alertou.

Com a medida, as compras das indústrias de moagem, plásticos, borrachas, ferro e aço, peças de ferro fundido, cobre e alumínio, bens de capital, máquinas e aparelhos elétricos, têxteis, autopeças, automóveis e tratores, aparelhos ópticos e instrumentos cirúrgicos devem apresentar o Licenciamento de Importação (LI) para operações de compras internacionais. De posse do documento, o Decex analisará cada pedido para liberar a entrada dos produtos. Até agora os importadores obtinham a autorização automaticamente pela internet.

Segundo dados da FIEMT, as importações mato-grossenses acumularam US\$ 1,28 bilhão de janeiro a dezembro de 2008, valor superior ao de 2007 (US\$ 753,3 milhões), ou seja, um crescimento de 69,5%. "É um valor muito significativo porque mostra um crescimento maior até que o registrado nas exportações do estado. Por isso a exigência causará impacto na balança comercial de Mato Grosso", disse Mendes. Para ele, o governo tem outras alternativas para equilibrar a balança comercial. "Entre elas, a aceleração de programas de fomento à competitividade das empresas, reforma tributária e investimentos em infra-estrutura e logística".

A exigência da LI é por tempo indeterminado. Por meio de nota, o ministério informou que a medida burocrática para entrada de produtos no Brasil é "um procedimento usual no comércio internacional para fins de monitoramento estatístico". Ela foi tomada para rever dados estatísticos porque no ano passado houve discrepância entre os números coletados pelos Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Receita Federal. O governo também diz que o fato não está relacionado à crise econômica.

CONSTRUÇÃO CIVIL QUER REDUÇÃO DE IMPOSTOS

27/01/2009 - Indústria e Comércio

O pacote de medidas para alavancar a construção civil, que deve ser anunciado pelo governo no próximo mês, está gerando expectativas entre trabalhadores e empresários. Em entrevista à Rádio Nacional o presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção (Anamaco), Cláudio Conz, disse que o setor espera a redução de impostos e acesso facilitado ao crédito.

De acordo com Conz, a geração de empregos é o maior incentivo para que o governo libere o pacote. "Tudo aquilo que envolve a indústria de material de construção civil necessita de mão-de-obra."

Conz lembra que "há dois anos o governo reduziu o IPI dos materiais de construção e o resultado foi extraordinário". Segundo ele, a continuidade da redução da carga tributária feita pelo governo federal ajudará o setor a se manter. Ressaltou ainda que os estados também precisam contribuir com a diminuição do ICMS, considerado por ele como o imposto mais pesado.

O presidente da Anamaco disse que a construção civil tem uma enorme capacidade de expansão. Isso porque, assinalou, o Brasil tem um déficit de quase 8 milhões de

casas. Além disso, ressaltou, 77% das casas construídas precisam passar por reforma".

PRODUÇÃO DE AÇO NO PAÍS CAI 0,2% EM 2008

27/01/2009 atualizado em 28/01/2009 – O Estado do Paraná

A produção brasileira de aço bruto em 2008 foi de 33,7 milhões de toneladas, com queda de 0,2% em relação a 2007, segundo divulgou nesta terça-feira (27) o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS). No documento de divulgação, os executivos do IBS explicam que a retração registrada no ano passado "deveu-se principalmente às quedas de produção registradas em novembro e dezembro em decorrência da baixa demanda de praticamente todos os grandes setores consumidores". A produção de laminados caiu 4,5% no ano passado ante o ano anterior, para 24,7 milhões de toneladas.

Já nas vendas internas, houve expansão de 6% em 2008 ante o ano anterior, para 21,8 milhões de toneladas, "o que refletiu a boa performance do setor até outubro, quando o crescimento acumulado foi de 14,4%".

Ainda de acordo com o IBS, as exportações de produtos siderúrgicos de 2008 atingiram 9,3 milhões de toneladas, no valor total de US\$ 8,1 bilhões. Houve queda de 10,9% no volume (em toneladas) das exportações, o que, segundo o IBS, "deveu-se principalmente a prioridade das empresas para o atendimento ao mercado interno devido ao forte crescimento observado até o terceiro trimestre".

Ao contrário do volume exportado, a receita das exportações cresceu 21,1%, aumento "decorrente principalmente dos elevados níveis de preço do mercado internacional naquele período". No que se refere às importações, registrou-se o volume de 2,6 milhões de toneladas (US\$ 3,7 bilhões).

O consumo aparente nacional (produção somada à importação e descontada a exportação) de produtos siderúrgicos foi de 24,0 milhões de toneladas em 2008, 9,1% acima de 2007. O consumo de produtos planos de 13,9 milhões de toneladas representou crescimento de 4,1%, enquanto para longos (10,1 milhões de toneladas) o aumento foi de 16,9%. De acordo com o IBS, esses resultados "refletem o acelerado crescimento do mercado observado até outubro, principalmente na área da construção civil. Em ambos, no entanto, refletindo a mudança de cenário da economia e a baixa demanda dos setores consumidores, observou-se forte queda nos dois últimos meses do ano".

PRODUÇÃO DE LAMINADOS TEM QUEDA DE 59% EM DEZEMBRO

28/01/2009 – Estadão

O desligamento de alto-fornos e a concessão de férias coletivas por parte das siderúrgicas brasileiras resultaram em uma queda significativa na produção de aço no final do ano passado. Em dezembro, o volume de produtos laminados produzidos no País foi 59,09% inferior ao registrado em igual mês de 2007, quando foi registrado recorde de 2,2 milhões de toneladas. Com isso, no consolidado do ano, a produção de laminados de 2008 foi de 24,7 milhões de toneladas, o que significa uma queda de 4,5% em relação ao ano anterior, informou o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

No total, a produção de aço bruto caiu 0,2%, para 33,71 milhões de toneladas. A queda nos laminados foi compensada pela alta na produção de semiacabados, de 4,4% no ano, para 6,08 milhões de toneladas. "A retração na produção deveu-se principalmente às quedas de produção registradas em novembro e dezembro em decorrência da baixa demanda de praticamente todos os grandes setores consumidores", afirmou o IBS em nota.

As vendas internas de produtos siderúrgicos somaram 21,8 milhões de toneladas, alta de 6% sobre o ano anterior, que segundo a entidade setorial, refletiu a boa performance do setor até outubro, quando o crescimento acumulado foi de 14,4%. Calcula-se que as vendas em dezembro foram de aproximadamente 900 mil toneladas, queda de 35,7% ante os 1,4 milhões de toneladas comercializadas no País em novembro.

Comércio exterior

No início do ano, as siderúrgicas em operação no País reduziram as exportações de produtos siderúrgicos para atender o mercado interno, que apresentava forte expansão até setembro. Com isso, as vendas externas caíram 10,9% no ano, para 9,3 milhões de toneladas. Com os reajustes no preço do aço no mercado longo do ano, o faturamento subiu 21,1%, para US\$ 8,1 bilhões.

Já as importações cresceram 62,5%, para 2,6 milhões de toneladas, resultado também de compras feitas pelas próprias siderúrgicas brasileiras para atender a demanda local. Em valores, a alta foi de 87,4%, para US\$ 3,7 bilhões.

O consumo aparente nacional somou 24 milhões de toneladas no ano passado, 9,1% acima de 2007. De acordo com o IBS, o consumo de produtos planos foi de 13,9 milhões de toneladas, crescimento de 4,1% ante o ano anterior. Já o consumo de aços longos alcançou 10,1 milhões de toneladas, aumento de 16,9%, que reflete crescimento acelerado do mercado, principalmente na área da construção civil. "Em ambos, no entanto, refletindo a mudança de cenário da economia e a baixa demanda dos setores consumidores, observou-se forte queda nos dois últimos meses do ano", ressaltou o IBS.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Luciana Collet)

PREVIDÊNCIA SOCIAL - LULA ANUNCIA ENVIO DE CARTA PARA QUEM COMPLETAR REQUISITOS

28/01/2009 - COAD

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta terça-feira (27/1), em São Paulo, que, a partir de junho os segurados que reunirem as condições para se aposentar receberão em casa correspondência comunicando o direito. O documento informará também o valor do benefício. O anúncio foi feito durante a solenidade em comemoração aos 86 anos da Previdência Social, realizado na Agência da Previdência Social, em Vila Mariana, zona Sul.

Durante a cerimônia, o presidente Lula e a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, concederam benefícios previdenciários a três segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), marcando o início do novo sistema resolutivo de concessão em 30 minutos para aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade.

O consultor imobiliário autônomo, Armenio Grangeia dos Santos, foi o primeiro a receber o documento com a concessão de aposentadoria por idade das mãos do presidente Lula. Em seguida, a costureira Adriana Queiroz da Silva recebeu da ministra Dilma Roussef a concessão do salário-maternidade e logo após a telefonista, Regina Maria Fonseca Muniz, recebeu do presidente Lula a aposentadoria por tempo de contribuição.

Após a concessão dos benefícios, o presidente Lula solicitou ao ministro da Previdência José Pimentel que seja realizada em todo o país uma fiscalização permanente para garantir a continuidade do novo modelo de reconhecimento automático de direitos para a concessão de benefícios. "Se somos tão precisos para cobrar, no mínimo, temos que chegar próximos à perfeição para conceder o benefício", afirmou o presidente.

Cidadania - Em seu discurso, a ministra Dilma Roussef disse que a nova fase da Previdência representa um momento especial para o país. "O reconhecimento automático é um direito de cidadania", ressaltou. Para a ministra, a concessão de salário-maternidade a uma segurada que está desempregada é uma prova de que o Estado presta apoio às famílias, com investimento no social. "Hoje, estamos dando consistência a uma medida voltada para o cidadão e não à burocracia", concluiu Dilma.

O ministro José Pimentel ressaltou a importância do reconhecimento automático de direitos previdenciários para os segurados e seus dependentes. Segundo ele, o novo modelo representa um ganho para toda a população e uma conquista de cidadania. "O mês de janeiro marca um novo tempo para a Previdência e para o segurado brasileiro", afirmou o ministro.

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, disse que a concessão de aposentadoria em 30 minutos será uma marca significativa do governo Lula e da eficiência da gestão da Previdência Social. No dia 5 de janeiro iniciou a concessão de aposentadoria por idade em 30 minutos. O novo modelo de concessão de benefícios mais rápido foi possível com a ampliação da base de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Além do presidente Lula, da ministra da Casa Civil, do ministro da Previdência, do prefeito de São Paulo, a solenidade contou também com as presenças dos ex-ministros da Previdência, Luis Marinho e Amir Lando. Também compareceram à APS Vila Mariana o secretário-executivo do Ministério da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Valdir Simão, e a gerente Regional de São Paulo, Elisete Berchiol.

FONTE: Previdência Social (divulgado no Boletim COAD On-Line)

RECEITA CONCEDE MAIS PRAZO PARA NOVA ESCRITURAÇÃO FISCAL

28/01/2009 – Boletim Políbio Braga

A Receita Federal resolveu conceder mais cinco meses de prazo para que as empresas abrangidas pela exigência, busquem adaptar-se ao novo sistema de escrituração fiscal da Receita Federal, o Sped. Depois disto, ninguém mais será perdoado, porque as empresas terão que entregar suas informações fiscais eletronicamente.

- . No RS, a secretaria da Fazenda já adota o procedimento para grande parte das empresas há dois anos, o que ajudou a inflar a receita do ICMS.
- . O novo sistema permite combater a sonegação e as fraudes fiscais, porque a coleta eletrônica de dados sobre compras e vendas, permite o cruzamento de dados sobre os dois lados.
- É claro que sempre existem espertinhos capazes de burlar todos os controles. Nesta terça-feira, em Torres, o pessoal da secretaria da Fazenda apreendeu seis caminhões-tanques carregados com 259 mil litros de etanol e álcool com documentos auxiliares de nota fiscal completamente falsos. Eles deveriam estar vinculados a notas fiscais eletrônicas emitidas pelo governo de SP, o que se revelou falso.